



29 DE JANEIRO DE 2018

Segunda-feira

- CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2018
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCER 2,5% EM 2017, DIZ IPEA
- SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS EMPRESAS MELHORA, DIZ ESTUDO
- FERRAMENTAS DE AUDITORIA OTIMIZAM PROCESSOS INTERNOS DAS EMPRESAS
- EMPRESAS EXCLUÍDAS DO SIMPLES TÊM ATÉ QUARTA-FEIRA PARA REGULARIZAR SITUAÇÃO
- BNDES TRIPLICA CRÉDITO PARA PEQUENA EMPRESA
- BNDES ESTUDA FINANCIAMENTOS COM TAXAS FIXAS
- COM LUCROS MAIORES, EMPRESAS DEVEM DISTRIBUIR MAIS DIVIDENDOS ESTE ANO
- FGV: CONFIANÇA ESTÁVEL MOSTRA QUE RETOMADA INDUSTRIAL É VOLÁTIL E COM INCERTEZA
- ESTOQUE DE CRÉDITO A EMPRESAS CAI MENOS EM 2017, MAS SEGURA TOTAL NO VERMELHO
- DESAFIO DOS PAÍSES QUE REDUZEM TRIBUTOS É EVITAR PERDAS NA ARRECADAÇÃO
- BRASIL PATINA NA GUERRA FISCAL GLOBAL E PODE PERDER NOVOS INVESTIMENTOS
- RIO PUXA RESULTADO NEGATIVO DO EMPREGO
- CAI CONCENTRAÇÃO DE VALOR DAS DEZ MAIORES EMPRESAS NA BOLSA
- MULHERES GANHAM ESPAÇO NO CAMPO E OCUPAM 30% DOS CARGOS DE COMANDO
- DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NÃO TEM EFEITO, DIZ IPEA
- CRISE NÃO MELHOROU CONTROLE DE GASTOS DE BRASILEIROS, DIZ PESQUISA

- VOLUME DE CHEQUE DEVOLVIDO CAI EM 2017 AO NÍVEL MAIS BAIXO EM 4 ANOS, DIZ SERASA
- REDUÇÃO NAS TAXAS DE JUROS DECORRE DE CORTE DA SELIC E MENOR SPREAD, DIZ BC
- PROJEÇÃO DO FOCUS PARA SELIC NO FIM DE 2018 SEGUE EM 6,75% AO ANO
- 'VOTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA GANHA MAIS FORÇA'
- PREVIDÊNCIA SÓ SERÁ VOTADA COM APOIO CERTO, DIZ RODRIGO MAIA
- TEMER NEGA REELEIÇÃO E DIZ QUE PREVIDÊNCIA DEVE SER VOTADA EM FEVEREIRO
- MARUN ADMITE QUE GOVERNO AINDA NÃO TEM VOTOS NECESSÁRIOS PARA A REFORMA
- NISSAN CONVOCA RECALL DE QUASE 3 MIL UNIDADES DA FRONTIER
- MONTADORAS INCLUÍRAM HUMANOS EM TESTES DE POLUIÇÃO, DIZ JORNAL
- MONTADORAS USARAM MACACOS EM TESTE DE POLUIÇÃO COM FUSCA ADULTERADO
- TRUCKVAN FATURA R\$ 72 MI E CRESCE 44% EM 2017

CÂMBIO		
EM 29/01/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,164	3,165
Euro	3,908	3,910

Fonte: BACEN

Contribuição Sindical 2018

29/01/2018 – Fonte: SINDIMETAL/PR



Contribuição Sindical 2018

O Sindimetal/PR apoia, representa e defende os interesses dos segmentos metalúrgico, mecânico e de material elétrico. Valorize esta representatividade.

É por meio desta arrecadação anual que o SINDIMETAL/PR oferece aos seus associados e filiados serviços diversos e benefícios que dão suporte às empresas no fortalecimento dos seus negócios, na busca de novas oportunidades e da competitividade no mercado.

Motivos para contribuir:

- ✓ Assessoria jurídica em defesa dos interesses da classe patronal;
- ✓ Atendimento individualizado às indústrias;
- ✓ Grupos de estudos formados por gestores de empresas do setor metalmeccânico;
- ✓ Intercâmbio de conhecimento por meio de visitas didáticas às indústrias e feiras do setor;
- ✓ Apoio para expansão e abertura de novos mercados por meio dos encontros de negócios internacionais promovidos no ano;
- ✓ Cadastro de Fornecedores: Ferramenta de divulgação das empresas associadas e filiadas do setor metalmeccânico.

Vencimento: 31/01/2018

Informações:
Setor de Cadastro e Cobrança
(41) 3218-3914

Juntos somos mais!



Produção industrial cresceu 2,5% em 2017, diz Ipea

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

A produção industrial brasileira voltou a registrar crescimento no último mês do ano passado, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O Indicador Ipea de Produção Industrial prevê um avanço de 0,2% em dezembro de 2017 ante novembro do mesmo ano. Como resultado, o setor industrial acumulou uma expansão de 2,5% no ano passado.

O indicador é calculado como uma prévia da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado oficial será divulgado pelo IBGE na próxima quinta-feira.

Na passagem de novembro para dezembro, os destaques positivos foram a importação de bens intermediários, com alta de 1,7%, e a produção de veículos automotores, com avanço de 4,5% no mês e encerrando o ano com expansão de 25,2%.

Em dezembro, a produção aumentou 3,8% em relação a dezembro de 2016, o que representaria a quarta alta consecutiva nesse tipo de comparação. O bom desempenho

foi disseminado entre os componentes do indicador, com exceção da queda de 8,8% no indicador de estoques, medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Segundo o Ipea, o cenário para a produção industrial brasileira permanece de recuperação gradual e constante.

"Percebemos uma trajetória regular ao longo de 2017. O crescimento da produção, que é uma consequência da melhora das vendas internas e das exportações, tem aumentado significativamente o emprego industrial.

É um setor que já está empregando mais e à frente de outros setores, como comércio e serviços, no que diz respeito à recuperação da crise", avaliou o autor do estudo, Leonardo Mello de Carvalho, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, em nota oficial.

Situação financeira das empresas melhora, diz estudo

29/01/2018 – Fonte: GS Notícias

A melhora nos resultados das empresas brasileiras no terceiro trimestre de 2017 foi influenciada, em grande parte, pela dinâmica mais favorável em relação às despesas financeiras, de acordo com levantamento do Centro de Estudos do Mercado de Capitais - Fipe (Cemec-Fipe).

No entanto, a pesquisa também aponta que, do ponto de vista de geração de caixa, as companhias abertas ainda não deram sinais expressivos de recuperação. Considerando uma amostra com 255 empresas de capital aberto, o estudo acompanhou a evolução de alguns indicadores financeiros, de forma consolidada, desde 2010.

A base de dados vai até o terceiro trimestre de 2017 - os resultados de outubro a dezembro começam a ser divulgados hoje. O levantamento mostra que, nos 12 meses encerrados no terceiro trimestre do ano passado, o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês, usado como indicador de geração de caixa) chegou a R\$ 243,04 bilhões, considerando todas as empresas da amostra.

O resultado é 10,1% superior ao trimestre anterior, mas praticamente estável ante o primeiro trimestre (R\$ 241,29 bilhões) e o fim de 2016 (R\$ 242,84 bilhões). "Não há sinais de recuperação [na geração de caixa] por causa de um aumento nas vendas", diz o diretor do Cemec-Fipe, Carlos Antonio Rocca.

"O processo de recuperação, até o terceiro trimestre, é discreto, moderado." Comportamento semelhante pode ser observado na dinâmica da dívida bruta das empresas. O indicador, que se manteve em queda entre 2015 e a metade de 2017, subiu para R\$ 1,245 trilhão ao fim do terceiro trimestre do ano passado, alta de 6,4% na base trimestral.

Para Rocca, o ambiente internacional favorável pode ter estimulado as companhias a se endividarem em condições mais favoráveis. Além disso, o diretor do Cemec-Fipe analisa que muitas operações de financiamento podem ter sido antecipadas, dado o possível crescimento na instabilidade econômica com a proximidade das eleições. "O aumento foi pequeno, a observação principal é que não tivemos a continuidade de queda na dívida bruta."

Se os indicadores de geração de caixa ainda não mostram claramente a recuperação das empresas, os números relacionados ao endividamento financeiro dão indícios mais claros de melhora. É o caso do índice de cobertura das despesas financeiras, que saltou de 1,57 vez no segundo trimestre de 2017 para 2,25 vezes no terceiro trimestre, maior

patamar desde 2011. Para Rocca, a evolução no indicador se deve à redução nas despesas financeiras, uma vez que o Ebitda se manteve praticamente estável. Ele explica que a queda no câmbio e na taxa de juros foi fundamental para essa diminuição, uma vez que grande parte desse saldo está indexado ao CDI ou denominado em moeda estrangeira.

Além disso, o levantamento mostra que, no terceiro trimestre, 35% das empresas de capital aberto apresentavam despesas financeiras maiores que o Ebitda, patamar semelhante ao de 2014 - no trimestre anterior, o indicador estava em 45,5%. Por outro lado, ao segmentar as empresas da amostra por porte, o estudo revela uma grande disparidade no índice de cobertura.

Entre as companhias grandes - com receita operacional bruta superior a R\$ 300 milhões -, cerca de 25% apresenta despesas financeiras maiores que a geração de caixa. Já no grupo das pequenas, com receita operacional bruta inferior a R\$ 90 milhões, o indicador salta para 75%.

"Empresas de grande porte costumam ter uma fatia maior do mercado de capitais e têm acesso a empréstimos externos", diz Rocca, ressaltando que os custos e condições dos financiamentos para esses grupos melhoraram ou permaneceram favoráveis, acompanhando a taxa de juros. "As companhias menores usam mais crédito bancário, e essas taxas têm respondido com menos intensidade que a queda do CDI."

Ferramentas de auditoria otimizam processos internos das empresas

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

Recém-saídas da crise, as empresas brasileiras continuam buscando maneiras de cortar gastos. Muitas delas ainda distantes do equilíbrio das contas, não sabem que uma simples ferramenta digital é capaz de aprimorar processos e reduzir despesas significativas. Mas, a partir de agora, especialistas apostam que isso pode mudar.

"As ferramentas de auditoria já estão mudando o mercado nos últimos anos, aprimorando o controle e garantindo boas práticas dentro das empresas. É daqueles investimentos que dão retorno, por isso tendem a crescer", explica o presidente da PMG Academy, Adriano Martins. Responsável pela escola voltada exclusivamente ao ensino de compliance e governança corporativa, ele tenta passar aos alunos as possibilidades desse mercado.

"Já temos softwares tão bem desenvolvidos que são customizados, atendendo exatamente àquilo que o cliente precisa para sua auditoria interna. As empresas estão enxergando o valor disso", comenta.

Entre os exemplos estão o Project Management Body of Knowledge (PMBOK), que faz análise estratégica de contas telefônicas; o Interactive Data Extraction & Analysis (Idea), capaz de extrair e analisar dados para identificação de fraudes e inconformidades dentro da companhia; e Galileo, um gerenciador de auditoria integrada que consegue gerar relatórios completos para acompanhamento.

Para o diretor da consultoria Mazars Cabrera, Júlio Andrade, usar essas ferramentas garantem uma visão completa do negócio. "Nenhum empresário consegue olhar sozinho toda sua cadeia, tanto pelo lado prático quanto burocrático. Há coisas que escapam do olhar humano. O software vem para ajudar", diz.

O superintendente da Fundação Amaral Carvalho, Antônio Cesarino, responsável pelo hospital que leva o mesmo nome, comprou um programa de auditoria há um ano e meio. A ferramenta é usada para controle interno de entrada e saída de equipamentos hospitalares e também de material de escritório.

“Conseguimos revisar processos do início ao fim de maneira ágil, coisa que não era possível apenas com uma equipe de auditores, isso é economia de tempo e dinheiro.” Sua intenção é estender essa possibilidade ao setor de medicamentos, o mais importante da instituição. “Ainda estamos estudando qual o melhor programa para atender nossa demanda neste caso específico.”

Com as ferramentas já no mercado e empresas descobrindo suas funcionalidades, é hora de os profissionais da área de auditoria atualizarem seus conhecimentos, aponta Fábio Pimpão, diretor de normas e especificações do Instituto dos Auditores Internos do Brasil.

“Acredito que cada vez mais as companhias verão valor em fazer esse tipo de investimento. Mas só um programa que vasculha tudo e te entrega dados não resolve, precisa de alguém para interpretá-los e tomar uma ação. Aí entre o profissional bem preparado”, explica.

Pimpão acredita que a demanda por auditores bem preparados crescerá tanto por causa dessas novas tecnologias quanto pela percepção em geral de que o investimento em compliance e afins é item obrigatório, não importa a empresa.

“Esse é o momento em que empresários param de fechar a torneira e começam a enxergar a retomada. Estamos falando de um setor (compliance) que foi negligenciado durante a crise e precisa se atualizar para acompanhar o mercado”, afirma.

Para Adriano Martins, da PMG Academy, a capacitação e orientação de equipes são itens obrigatórios para que a ideia de adotar novas ferramentas tenha sucesso. “Não basta ter só a política de boas práticas ou uma ferramenta inovadora. A preparação e conscientização sobre todo esse universo é que fará a coisa funcionar.”

Empresas excluídas do Simples têm até quarta-feira para regularizar situação

29/01/2018 – Fonte: Contábeis.com

As micro e pequenas empresas excluídas do Simples Nacional, regime especial de tributação, têm até quarta-feira (31) para quitarem os débitos e pedirem a reinclusão no programa.

As micro e pequenas empresas excluídas do Simples Nacional, regime especial de tributação, têm até quarta-feira (31) para quitarem os débitos e pedirem a reinclusão no programa. De acordo com a Receita Federal, não haverá prorrogação do prazo de adesão ao regime para empresas em atividade.

Em 1º de janeiro, a Receita Federal tinha excluído as empresas com débitos no Simples Nacional. Os contribuintes têm duas opções. Ou pagam integralmente os tributos em atraso ou pedem o parcelamento convencional em até cinco anos com multa e juros. Nesse caso, a empresa terá de pagar a primeira parcela e manter as obrigações em dia para evitar uma nova exclusão do regime.

Segundo a Receita, a prorrogação do prazo não é possível porque a legislação determina que, antes de fevereiro, as empresas definam se estão ou não enquadradas nas regras que possibilitam a adesão ao Simples Nacional.

Em vigor desde 2007, o Simples Nacional beneficia empresas que faturem até R\$ 360 mil (microempresas) ou R\$ 3,6 milhões (pequenas empresas) por ano. Criado em 2006, o programa possibilita o pagamento de até oito tributos federais, estaduais e municipais em apenas uma guia, podendo reduzir em até 40% os impostos e as contribuições.

BNDES triplica crédito para pequena empresa

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai intensificar neste ano a liberação de linhas de financiamento para pequenas e médias empresas, como forma de estimular a economia. A prioridade será o desembolso para capital de giro e para aquisições de bens de capital.

O banco deverá aumentar a concessão de crédito do programa BNDES Giro, voltado para pequenas e médias empresas, relançado no ano passado. Essa linha de financiamento prevê a liberação de R\$ 20 bilhões entre agosto de 2017 e agosto de 2018. Até dezembro, o valor anual poderá chegar a R\$ 21,5 bilhões, três vezes mais do que os R\$ 7 bilhões desembolsados em 2017. Já o valor previsto no Finame, programa para a compra de bens de capital, poderá superar em 20% o de 2017, atingindo cerca de R\$ 24 bilhões.

As projeções são do superintendente da Área de Operações Indiretas do BNDES, Marcelo Porteiro. Segundo o executivo, embora o desempenho da recuperação econômica seja importante para determinar o crescimento do crédito para giro, a tecnologia também impulsionará o avanço.

O BNDES Giro, ao lado de programas de crédito para a agricultura, foi a primeira linha de crédito a aderir ao BNDES Online, plataforma tecnológica de comunicação com as instituições financeiras repassadoras – nas operações indiretas, quem faz o contato com o cliente, analisa o crédito e assume o risco é o banco comercial repassador; o BNDES fornece os recursos.

“A avaliação é extremamente positiva. O mercado recebeu muito bem. A gente já está com as (linhas de crédito) agrícolas e com o BNDES Giro. Até o meio do ano, a gente vai trazer o Finame para a plataforma”, disse Porteiro.

Plataforma. A implantação da plataforma tecnológica, desenhada ainda na gestão da ex-presidente Maria Silvia Bastos Marques, começou em meados do ano passado. A base é um software que faz a aprovação dos pedidos de crédito feitos via bancos repassadores.

O sistema substitui o envio de documentos a serem analisados por técnicos da instituição, uma vez que o software verifica, quase em tempo real, tanto os parâmetros informados pelo cliente quanto os checados em outras bases, como a Receita Federal.

O resultado é uma aprovação muito mais rápida. Porteiro deu como exemplo os empréstimos dos programas agrícolas. “A gente usa uma média aproximada, porque existe alguma discrepância entre os programas, de redução de dez dias de aprovação para alguns segundos. E não é figura de linguagem, não”, disse Porteiro.

A rapidez e a redução da burocracia impulsionará a demanda, tanto no BNDES Giro quanto no Finame, também por causa da ação dos bancos repassadores. Segundo Porteiro, aumentou o apetite dos agentes financeiros. “Alguns bancos que não operavam determinados produtos passaram a se interessar, por conta da desburocratização”, afirmou.

Os técnicos da área de operações indiretas do banco apostam que o impulso da plataforma tecnológica será forte também no Finame, especialmente nas linhas para investimento em caminhões e em máquinas agrícolas.

Como são bens de capital já prontos, a rápida aprovação do crédito faz diferença. Os bancos das montadoras de caminhões, por exemplo, são repassadores do Finame, e a

expectativa é que a possibilidade de aprovar o financiamento em poucos minutos alavancará a demanda por crédito.

Nova política. A estratégia do banco é tentar deixar para trás a política de “campeãs nacionais” – que escolhia grandes empresas como consolidadoras de mercado – para estimular empresas de pequeno e médio portes.

Outro programa que está ganhando mais destaque é o fomento aos Criatecs, fundos que têm recursos do próprio banco e de terceiros para a aposta em empresas em estágios iniciais, batizadas de “campeãs invisíveis”. Criado em 2007, os Criatecs apostam em empresas inovadoras.

BNDES estuda financiamentos com taxas fixas

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estuda oferecer taxas de juro fixas nas linhas de crédito para micro, pequenas e médias empresas – com faturamento de até R\$ 300 milhões ao ano. A medida poderá ser adotada a partir de março, inicialmente no BNDES Giro, disse Marcelo Porteiro, superintendente da Área de Operações Indiretas do banco.

Segundo o executivo, a taxa fixa seria uma forma de simplificar a vida dos pequenos empresários. Com o modelo em estudo, na contratação do empréstimo, a taxa de juros seria equivalente à TLP, mas a parcela variável seria fixada no início.

Para garantir a sustentabilidade, o BNDES contrataria um instrumento de proteção (“hedge”), com um derivativo. Para o coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), Armando Castelar Pinheiro, a proposta de uma taxa fixa poderá aumentar o risco para o pequeno empresário, especialmente em caso de queda da inflação.

Com lucros maiores, empresas devem distribuir mais dividendos este ano

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

Com os custos ajustados para enfrentar a crise dos últimos anos e diante de consumidores confiantes o suficiente para, finalmente, voltar a comprar, a expectativa é que as empresas brasileiras tenham lucros maiores em 2018. Analistas estimam que os resultados avancem até 25% em relação ao ano passado. Para quem investe em ações, a boa notícia tem efeito duplo.

Os investidores devem ser beneficiados tanto pela valorização dos papéis negociados na Bolsa quanto pelo pagamento mais generoso de dividendos, que são a parcela do lucro distribuída pelas empresas aos acionistas.

E a história inclui uma novidade: até ações de empresas normalmente excluídas das recomendações focadas em dividendos, como do setor de construção, entram agora na lista de preferências do mercado.

Para que seja capaz de pagar dividendos polpudos, uma empresa precisa ter certas características. Não deve precisar de grandes investimentos para crescer, porque isso consome parte do lucro que poderia ser distribuído. Também deve conseguir gerar receitas crescentes.

Por isso, os exemplos clássicos são ações das companhias do setor elétrico. Em geral, essas empresas têm um parque gerador ou distribuidor bem estabelecido, um rol de clientes estável e um produto, a energia, com preços reajustados anualmente.

Por lei, as empresas precisam distribuir uma parcela mínima de 25% do lucro para os acionistas. Mas, muitas das melhores pagadoras – um grupo que inclui ainda companhias de saneamento, telefonia e instituições financeiras – adotam políticas próprias mais atraentes. O Itaú Unibanco, por exemplo, paga pelo menos 35% do lucro. No fim do ano passado, animou os investidores ao distribuir 45% do lucro.

Empresas de construção normalmente não são grandes pagadoras. Porém, algumas condições atuais do setor levam os analistas a incluir companhias como a MRV, a Cyrella e a Eztec entre as sugestões para os interessados em dividendos.

“A MRV conseguiu manter as vendas apesar da crise. E não há sinais de que o crédito para imóveis do programa Minha Casa Minha Vida, principal nicho da empresa, vá acabar”, diz Ricardo Vilhar Peretti, estrategista da Santander Corretora.

Há ainda um fator adicional: como lançaram muitos imóveis nos anos de euforia do mercado, as incorporadoras aumentaram seus estoques. Isso significa que, ainda por um tempo, terão produtos disponíveis para vender, sem precisar de novos investimentos para novas construções.

“As construtoras estão se adaptando a um novo ritmo do mercado, que não será mais tão forte quanto já foi”, diz Marco Saravalle, analista da XP Investimentos. “Até lá, venderão muito e construirão menos. A tendência é de que essa diferença se transforme em dividendos.”

Defesa

As ações de empresas tradicionais no pagamento de dividendos são consideradas defensivas – suas cotações tendem a oscilar menos, já que são emitidas por empresas com balanços mais previsíveis.

Por isso, analistas como Adeodato Volpi Netto, estrategista-chefe da consultoria Eleven Financial, sugerem sempre manter papéis do tipo na carteira. “Quando a economia acelera, essas ações se destacam pelos lucros crescentes, que se convertem em dividendos maiores.”

Isso ajuda a entender por que os fundos de dividendos – que investem em ações que sejam boas pagadoras – costumam recuar menos que a média do mercado nas épocas de vacas magras.

Em 2015, por exemplo, enquanto o Ibovespa caiu 13,3%, a desvalorização dos fundos de dividendos foi de 11,2%, segundo a provedora de informações financeiras Quantum. O contrário também vale, é claro. Em 2017, o Ibovespa avançou 26,9% e os fundos, um pouco menos: 21,4%.

De acordo com analistas da XP, a lista das empresas que devem se destacar na distribuição de dividendos inclui nomes como Copel, Taesa, Cemig e Engie Brasil, todas do setor elétrico. Entram ainda a Smiles, que administra programa de fidelização, a Sanepar, empresa de saneamento paranaense, e a Telefônica Vivo.

FGV: confiança estável mostra que retomada industrial é volátil e com incerteza

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

A estabilidade da confiança da indústria em janeiro ante dezembro (99,4 pontos) demonstra que o setor está avançando, mas não de forma robusta e sustentável e permeada por bastante incerteza, diz a coordenadora da Sondagem da Indústria da Fundação Getúlio Vargas, Tabi Thuler Santos. Ela lembra que a indefinição eleitoral e quanto à aprovação das reformas deve gerar instabilidade na confiança durante todo o ano de 2018.

Assim, conclui Tabi, é difícil apostar em retomada dos investimentos em ampliação da capacidade instalada do setor, ainda mais com a ociosidade elevada. "Os empresários tendem a esperar por uma definição para investir." O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) também ficou estável em janeiro, em 74,7%.

Tabi ainda lembra que essa forma de recuperação está alinhada com a economia como um todo e também com a demanda que ainda reage de forma lenta e gradual. "Não tem retomada consistente. A economia está saindo da recessão, mas não há ainda crescimento com investimentos, confiança elevada, baixa incerteza e com o aumento da renda disponível", avalia.

Em janeiro, a queda de 2,4 pontos, para 98 pontos, do Índice de Expectativas (IE) impediu o avanço da confiança, já que o Índice de Situação Atual (ISA) subiu 2,4 pontos. A principal influência para queda do IE foi a perspectiva de evolução do total de pessoal ocupado nos três meses seguintes. Mas Tabi considera provável que esse indicador volte a subir em fevereiro, ajudando a confiança a ultrapassar a barreira do pessimismo (100 pontos). "Podemos interpretar o recuo no indicador de emprego como pontual, mais demonstrando incerteza do que preocupação permanente."

Além disso, ela destaca que "há muitas informações positivas na pesquisa". A pesquisadora destaca que o modesto avanço que o setor vem mostrando ainda está sendo orientado pelo mercado externo, mas que a sondagem mostra que a demanda interna está melhorando, só que bem vagarosamente. Segundo Tabi, o indicador de demanda externa atual e a perspectiva para o curto prazo estão em ótimo nível, em 114 pontos e 109 pontos, respectivamente. Já o indicador de demanda interna está em 94,7 pontos.

Outra boa notícia é a redução da parcela de empresas que relata nível de estoques excessivo, que atingiu 8% com ajuste sazonal em janeiro, o menor porcentual desde abril de 2013 (7,7%) e menor que a média histórica de janeiro de 2001 a janeiro de 2018 (11,8%). "Esse é um bom indicativo de que a indústria está pronta para produzir."

Estoque de crédito a empresas cai menos em 2017, mas segura total no vermelho

29/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O estoque total de crédito no Brasil encolheu 0,6% em 2017, a R\$ 3,086 trilhões, divulgou o Banco Central nesta segunda-feira (29). É o segundo resultado anual seguido no vermelho, influenciado sobretudo pela queda nos financiamentos voltados às empresas, em meio à lenta recuperação da atividade econômica após a recessão.

Com isso, o crédito passou a representar 47,1% do PIB (Produto Interno Bruto), divulgou o BC. Para o ano passado, o BC previa contração de 1% do estoque após a queda de 3,5% em 2016.

"O crédito iniciou processo de recuperação, que é gradual. Algumas modalidades saíram na frente, e outras não. Ele parece alinhado com recuperação da atividade que a gente viu ao longo de 2017", afirmou o chefe do departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha.

Enquanto o saldo geral de financiamentos para pessoas físicas subiu 5,6% em 2017, entre as companhias houve recuo de 7% — numa desaceleração ante a queda de 9,5% registrada em 2016. Naquele ano, o estoque cresceu 0,5% no consumo.

Olhando apenas para o crédito direcionado, linha fortemente impactada pelas operações junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social),

o tombo no estoque de crédito para pessoas jurídicas foi de 11,6% em 2017, enquanto as concessões caíram 17,6%.

O movimento refletiu tanto a mudança na postura do BNDES, cujos [desembolsos no ano passado](#) ficaram em níveis historicamente baixos, quanto a cautela das empresas e dos bancos em fazer operações de empréstimos com a recuperação econômica ainda ganhando tração.

Isso se deu apesar do barateamento nas condições de financiamento, por conta dos sucessivos cortes que o BC fez na Selic e que a levou para a mínima histórica de 7%. Em 2017, os juros médios no segmento de recursos livres —em que as taxas são livremente definidas pelas instituições financeiras— caíram 11,9 pontos percentuais, alcançando 40,3% em dezembro.

Ainda segundo o BC, a inadimplência no segmento de recursos livres caiu sobre novembro a 4,9% e encerrou o ano com recuo de 0,8 ponto percentual. Trata-se do menor patamar desde setembro de 2015, quando também ficou em 4,9%.

Já o spread bancário —diferença entre o custo de captação das instituições financeiras e a taxa efetivamente cobrada ao consumidor final— no segmento de recursos livres diminuiu 8,5 pontos percentuais no ano, ao patamar de 31,8% em dezembro.

Já no segmento de recursos direcionados, destinados a determinados setores ou atividades e regulados em lei, os juros médios recuaram 1,5 ponto percentual no ano, a 9,1%. A inadimplência diminuiu 0,3 ponto, a 1,5% enquanto que o spread subiu 0,6 ponto no ano, a 4,3%.

2018

Para este ano, o BC tem a expectativa de crescimento de 3% no estoque de crédito, puxado pelas operações de crédito livre e pelo maior fôlego demonstrado pelas pessoas físicas. Mesmo com a recuperação, a estimativa ainda é inferior à inflação medida pelo IPCA esperada para esse ano, de 4,2%, pelo próprio BC.

O BC projeta ainda que o estoque de crédito às famílias subirá 7% neste ano, ao passo que para as empresas o cálculo é de redução de 2%, ainda ela falta de sinais de recuperação do crédito direcionado ligado BNDES.

Desafio dos países que reduzem tributos é evitar perdas na arrecadação

29/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Na guerra para atrair investimento e empregos, muitos países baixaram impostos para empresas, mas têm que lidar com queda na arrecadação.

Para contornar a questão, uma saída comum tem sido desonerar empresas e, ao mesmo tempo, tributar o lucro distribuído na forma de dividendos a pessoas físicas. Na Argentina, o tributo para as empresas caiu para 30% neste ano e deve chegar a 25% a partir de 2020. Ao mesmo tempo, o governo criou um imposto de 7% sobre dividendos em 2018, que subirá para 13% em 2020.

No caso do Brasil, que luta para organizar as suas contas, a melhor forma de dar mais competitividade às empresas sem perder receita seria seguir essa cartilha, diz Eduardo Fleury, do escritório FCR Law. O lucro na forma de dividendos não paga imposto hoje no país.

Para Bernard Appy, diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), a tributação dos dividendos não seria o ideal do ponto de vista conceitual, porque a medida gera um incentivo para reinvestir o lucro na própria empresa quando pode existir oportunidades melhores em outros negócios.

"Mas, no atual contexto, acho muito provável que isso acabe sendo colocado em discussão com a redução do imposto para a pessoa jurídica, pois é o modelo usado pela maior parte dos países do mundo", diz.

Para José Andrés Lopes da Costa, sócio do Chediak Advogados, os países percebem cada vez mais que, se não forem competitivos do ponto de vista tributário, perderão empresas. "Hoje, se muda um negócio de um país para outro em semanas."

Mais otimista, Murilo Melo, da KPMG, diz que o Brasil tem atrativos como plataforma de exportação. A tributação diferenciada sobre insumos importados para fins de exportação e zonas francas, por exemplo. "Há coisas acontecendo", afirma.

Brasil patina na guerra fiscal global e pode perder novos investimentos

29/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Está em curso uma espécie de guerra fiscal global. Um número cada vez maior de países corta tributos para atrair empresas dispostas a produzir em seus territórios. O Brasil -que amarga uma crise fiscal e se esforça para não promover uma nova rodada de aumento de impostos- corre o risco de ficar para trás, o que significaria perda de investimentos e de empregos.

O exemplo mais retumbante dessa competição vem do Norte. Em dezembro, os congressistas americanos aprovaram a redução da alíquota do imposto sobre o lucro das empresas de 35% para 21%.

Ao Sul, porém, há movimentos na mesma direção. Na virada do ano, a Argentina seguiu Donald Trump e também aprovou um corte tributária progressivo.

A lista de nações que já anunciaram a intenção de reduzir os tributos corporativos nos próximos dois anos é diversificada. Inclui Japão, Grécia, Bélgica e Reino Unido. A expectativa é que o México, pressionado pelas mudanças americanas, entre na fila.

COMPETIÇÃO

Dados da consultoria EY indicam que o imposto médio corporativo no grupo da OCDE (que reúne países em sua maioria desenvolvidos) era de 32% em 2000 e caiu para 24% neste ano -bem abaixo dos 34% cobrados hoje pelo Brasil. Na América Latina, já é certo que o país vai perder espaço até para a Colômbia. Hoje a tarifa total está em 37% e vai cair a 33% até 2019.

Se quiser entrar na competição tributária mundial, o Brasil terá que rever a cobrança sobre o lucro corporativo, diz Bernard Appy, diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal). "Não é uma questão de o Brasil querer ou não mudar, mas de ser competitivo como um polo de atração de investimentos", diz Appy.

Na reforma americana, além da alíquota menor para quem produz internamente, os EUA isentaram o lucro obtido por empresas americanas no exterior. Antes, quando empresas americanas repatriavam o lucro auferido em outros países, pagavam a diferença em relação à alíquota dos EUA, de 35%.

Assim, uma empresa americana que produzia no Brasil pagava 34% por aqui mais uma diferença de 1%, se enviasse o lucro aos EUA. Com a isenção nos EUA, o peso de produzir no Brasil cresceu.

ARGENTINA

Na Argentina, a alíquota caiu de 35% para 30% desde janeiro e será de 25% a partir de 2020. Essa desvantagem fiscal pode resultar em deslocamento de produção e perda de postos de trabalho para o país vizinho, como, de certa forma, já ocorre com o Paraguai, diz Eduardo Fleury, do escritório FCR Law.

Segundo reportagem da **Folha**, 7 em cada 10 novas empresas abertas no Paraguai são brasileiras em busca de um ambiente de negócios mais amigável, o que inclui menos impostos.

A percepção é que multinacionais, como montadoras de veículos e fabricantes de proteína animal, podem transferir parte da produção para a Argentina, aproveitando-se do imposto mais baixo.

Depois disso, essas empresas exportariam esses produtos para o Brasil, tirando vantagem das tarifas diferenciadas do Mercosul, o tratado comercial entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Gustavo Carmona, diretor-executivo da consultoria EY, diz que a Argentina se equipara ao Brasil na qualidade da mão de obra, mas o imposto menor e um governo mais confiável aos olhos do investidor externo podem colocar os argentinos na dianteira.

Para um executivo de uma grande montadora que atua no Brasil, a estratégia argentina é um incentivo para empresas que estão no Brasil produzirem mais lá. E pode ajudar a proteger a indústria argentina no processo de abertura do mercado que virá com o acordo da União Europeia. Para ele, enquanto o governo argentino reduz encargos pensando no futuro, o brasileiro não sabe nem o que fazer com o Inovar-Auto.

João Manoel Pinho, secretário do Ministério da Fazenda, diz que as mudanças estimulam o Brasil a repensar o sistema tributário, o que, segundo ele, é imperativo. Para ele, talvez seja menos importante rever a carga tributária e focar na redução da complexidade do sistema -o principal atrativo para as firmas manterem operações e domicílio fiscal no Brasil.

Rio puxa resultado negativo do emprego

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O mercado de trabalho formal brasileiro encerrou 2017 praticamente estável, com o fechamento de 20.832 vagas de emprego. O Estado do Rio, em grave crise fiscal, porém, destoou: registrou 92.192 vagas a menos.

No acumulado de 2015 a 2017, quase um quinto do total de vagas fechadas em todo o País (2,882 milhões) foram perdidas no Rio (514 mil). Com isso, o contingente de empregos formais no Rio voltou ao nível de 2009, conforme levantamento da Federação das Indústrias do Rio (Firjan), feito a pedido do Estado.

Em relação ao período anterior à recessão, o total de vagas formais no Rio encolheu 12%. Não fosse o saldo negativo do Rio, os dados nacionais poderiam ter ficado positivos. No Brasil como um todo, assim como em São Paulo, o total de empregos formais recuou ao mesmo nível visto em 2011.

A Firjan avalia que a recessão não terminou no Rio. Estima que o Produto Interno Bruto (PIB) regional encolheu 1,1% em 2017, ante projeções de alta de 1,0% na média nacional.

Segundo o economista-chefe da entidade, Guilherme Mercês, o Rio tem economia mais combatida por causa de um "binômio" – a forma como a recessão se deu no Estado e a crise fiscal. "No Rio, os setores mais fortes foram os que mais sofreram na crise: petróleo e gás, automotivo e construção civil", disse.

Com 12 anos de trabalho na construção civil, Anderson Tavares dos Santos, de 33 anos, está sem emprego desde março passado. "Estou procurando e não estou

achando”, disse Santos, que tem experiência nas áreas de compras e administração de obras.

A mulher dele, Priscila Souza Tavares, de 30 anos, segurou a renda da família com o salário de R\$ 1,5 mil como assistente administrativa em unidades das Lojas Americanas e com bicos como manicure e recepcionista. Foi preciso cortar gastos, como a escola particular dos dois filhos, de 10 e 8 anos, que passaram para a rede pública de Magé, na região metropolitana, onde mora o casal. De março a outubro de 2017, a família morou na casa da mãe de Priscila.

Rombo. No lado fiscal do binômio, o Rio vai para o quarto ano seguido de rombo nas contas. O déficit de 2015 (R\$ 4,3 bilhões) cresceu em 2016 (R\$ 10,1 bilhões) e em 2017 (R\$ 12 bilhões, segundo projeções da Secretaria de Estado de Fazenda). Para 2018, o Orçamento prevê rombo de R\$ 10 bilhões, mesmo com o plano de recuperação fiscal firmado com a União.

O resultado são atrasos nos pagamentos de salários do funcionalismo e de fornecedores. Ao pagar o vencimento de dezembro a todos os 460 mil servidores ativos, inativos e pensionistas no décimo dia útil deste mês, o Estado pela primeira vez quitou os salários em dia desde a virada de 2015 para 2016. Mesmo assim, ainda deve R\$ 1,1 bilhão a 167 mil servidores. A quantia é referente ao 13.º salário de 2017. O secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, mantém a expectativa de pagar em dia o vencimento de janeiro.

“No Rio, o grau de dependência do setor público é dos maiores do País”, afirmou Fábio Bentes, chefe interino da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Tanto Bentes quanto Mercês esperam números melhores neste ano. Daniel Machado de Freitas também tem esperança. O gaúcho de 21 anos chegou ao Rio neste mês. “Onde tem mais pessoas, tem mais oportunidades”, disse o jovem.

O casal Anderson Tavares dos Santos e Priscila Souza Tavares acredita em tempos melhores. Ele se juntou a uma empresa de gestão de pequenas obras, para ganhar por comissão. Ela aposta no trabalho como vendedora autônoma de cosméticos para salões. “Estou vendo que já está dando certo.”

Cai concentração de valor das dez maiores empresas na Bolsa

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

Paulo Whitaker/Reuters



Dez maiores empresas concentraram menos de 40% do volume total negociado

As dez maiores companhias na listadas na B3 passaram a concentrar uma porcentagem menor do valor total negociado na Bolsa.

No último semestre, elas representaram menos de 40% do volume total pela primeira vez desde o começo da série histórica, em 2002.

A valorização de ações de empresas cujo valor de mercado é mais modesto explica essa desconcentração relativa, segundo analistas de renda variável de corretoras e consultorias econômicas.

O Ibovespa, que reúne os papéis mais negociados, subiu 26,9% no ano passado, enquanto o índice da B3 das ações de empresas menores teve alta de 49,35%.

"Ele sempre oscila mais que o mercado como um todo", afirma Luiz Fernando Castelli, da GO Associados.

A concentração em poucas companhias significa que a Bolsa não representa bem a economia real, segundo Marco Saravalle, analista da XP.

"As empresas ligadas ao consumo interno, como as de varejo, têm um valor menor que as exportadoras, como as de commodities, e isso era ainda mais forte da última vez que houve alta prolongada."

A Bolsa alterou o mecanismo para tratar as oscilações muito fortes -agora, o intervalo de variação para que ela promova leilões diminuiu, diz Anderson Lima, corretor de investimentos da Renascença.

"Qualquer pico de empresas de baixo valor de mercado faz a Bolsa colocar ações em leilão", afirma ele.

A B3 não comentou a tendência de desconcentração.

Mulheres ganham espaço no campo e ocupam 30% dos cargos de comando

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os anos recentes não foram só de ganho de produtividade e aumento do uso da tecnologia no campo. Ele também ficou mais feminino. Uma em cada três propriedades rurais do País tem mulheres ocupando funções de comando – há cinco anos, eram 10%. Quando não são as principais responsáveis pelas propriedades, elas atuam como administradoras, dividem as atividades com um familiar ou estão sendo preparadas para assumir essas funções.

Os dados são de uma pesquisa da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA) e antecedem o Censo Agropecuário, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que deve ficar pronto este ano. O levantamento foi feito ao longo de 2017, com 2.090 agricultores e 717 pecuaristas de 15 Estados.

Criada em uma fazenda de gado de São Sepé, no Rio Grande do Sul, Fernanda Costabeber, de 26 anos, nunca pensou em ser apenas a "filha do dono". Ela e a irmã mais velha foram acostumadas desde pequenas a participar das atividades da propriedade de 1,6 mil hectares.

"O meu pai não é de uma família de pecuaristas tradicionais, começou tudo do zero e sempre disse que nos criaria para tomar conta do negócio no futuro, ensinando todas as funções que um filho homem teria de aprender", conta. "Muitas meninas acabam ouvindo que não dariam conta de tocar uma fazenda. Acho que ter aprendido desde cedo que seria capaz de administrar o negócio foi uma das coisas mais importantes."

Fernanda se formou em veterinária há cinco anos. "Já conhecia a vida no campo na prática e queria uma visão mais profissional, para tentar aprimorar o nosso negócio." Ela chegou a trabalhar por um ano na indústria de alimentos, mas decidiu voltar. Há dois anos, substituiu o pai na função de gerente administrativo da fazenda.

Após assumir a gerência, o número de cabeças de gado subiu de 4 mil para 6,3 mil. "Conseguimos dividir funções e cada um oferece o que tem de melhor para a fazenda." O pai de Fernanda negocia a compra e venda de animais, enquanto o marido dela, agrônomo, cuida da produção de ração. "As barreiras não desapareceram por completo para as mulheres, mas ficaram menores."

Com o aumento do uso da tecnologia no campo, a força física deixou de ser uma barreira para muitas atividades, lembra Ricardo Nicodemos, coordenador da pesquisa da ABMRA. Elas também estão se preparando mais para assumir as funções. Uma em cada quatro mulheres tem formação superior. Entre os homens, um em cada cinco.

“Essa nova dinâmica do agronegócio faz com que as mulheres ganhem destaque. Embora os homens sejam a maioria dos entrevistados, para 81% dos agricultores e pecuaristas, a participação delas é vital ou muito importante”, diz Nicodemos.

Lavoura nada arcaica. A presença feminina à frente das propriedades rurais não é inédita. Mas a pesquisa da ABMRA mostra que elas ganham espaço nas pequenas, médias e grandes propriedades.

“Existem ótimos exemplos de mulheres de gerações passadas que tocaram propriedades muito bem. Mas acho que, de forma geral, quando só havia filhas mulheres na família, a expectativa recaía mais sobre os maridos mesmo”, conta a veterinária Andrea Veríssimo, de 44 anos. Ela divide com o marido a administração de uma propriedade em Arambaré, também no interior do Rio Grande do Sul. Na fazenda, herança dos pais do marido, o casal integra lavoura e pecuária.

Formada na década de 1990, Andrea foi complementar os estudos com um mestrado na Nova Zelândia em 2001. “Trabalhei dois anos na propriedade do meu pai e fui buscar mais conhecimento. Era uma época em que os cursos de especialização na área eram raros.” Hoje, além da fazenda, ela cuida de uma consultoria de relações públicas voltada para o agronegócio.

“Essa é mesmo uma característica muito feminina, de querer se aprimorar sempre”, avalia a paulista Teresa Vendramini, primeira mulher a ocupar um cargo de diretora executiva na Sociedade Rural Brasileira (SRB). Ela está no cargo desde março do ano passado.

“A mulher antes acabava indo parar no campo quando ficava viúva ou quando perdia os pais. Foi assim comigo e ainda acontece bastante. Mas a importância crescente do agronegócio também veio acompanhada de uma revolução cultural. Os jovens querem ficar no campo, muitas mulheres não são mais criadas para ficar em segundo plano e esses novos agentes estão transformando a agropecuária. É um caminho sem volta.”

Desoneração da folha de pagamento não tem efeito, diz Ipea

29/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A desoneração da folha de pagamentos, medida que foi implementada a partir de 2011 cujo propósito era influenciar o volume de empregos, é ineficiente, aponta estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A política é a substituição dos 20% de contribuição patronal à Previdência incidentes sobre salários e outros valores por uma alíquota entre 1% e 2% do faturamento. A medida foi pensada inicialmente para fortalecer o setor exportador.

“Há ausência de efeito. A lei não gerou vagas”, diz Felipe Garcia, um dos economistas que assinam a pesquisa, que usou informações do Ministério do Trabalho.

Esse não é o primeiro estudo sobre o tema que chega a essa conclusão, mas, por ser o mais recente, é o que tem a maior base de dados e tem uma metodologia nova.

Para verificar a eficácia da política, compararam-se dados de empresas que não tiveram as folhas desoneradas, seja porque o setor não foi contemplado com a medida, seja porque ela não tinha faturamento suficiente para isso.

Pesquisas anteriores contrastavam companhias que ficaram de fora por causa do segmento ou do tamanho, mas nunca as duas variáveis.

"A política traz renúncia fiscal e problemas de Previdência. A receita das empresas é uma alíquota não-neutra, e a arrecadação é menor que a da folha de pagamentos."

RESULTADO DA POLÍTICA

Estatísticas de emprego em setores desonerados

20%

de contribuição patronal à Previdência incidentes sobre a folha de pagamentos por...

...1% a 2% incidentes sobre o faturamento das empresas

Estatística descritiva do volume de emprego

Antes	Depois
32,72	32,77

Crise não melhorou controle de gastos de brasileiros, diz pesquisa

29/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O brasileiro não aprendeu nada com a crise dos últimos anos. Pelo menos financeiramente, afirma Marcela Kawauti, economista-chefe do SPC Brasil, com base em pesquisa feita pelo birô de crédito que mostra que, no ano passado, 8 em cada 10 consumidores não conseguiram fechar as contas do mês somente com o orçamento.

O percentual, de 77%, é alarmante, segundo a especialista. "Mesmo que a gente tenha tido uma crise econômica muito severa, as pessoas não mudam os comportamentos", diz Kawauti.

"Eu tinha a impressão de que a crise ia ter um impacto positivo, que elas iriam colocar a vida financeira como prioridade. Mas ninguém controla gastos. Ou seja, mesmo sem crise, a gente vai continuar com inadimplência alta, crédito com juros altos."

Embora cortar as despesas ainda seja uma tarefa difícil, 40% dos entrevistados mudaram os hábitos de consumo, priorizando itens mais baratos e pesquisando mais os preços dos produtos, mostra o levantamento, realizado com 805 pessoas em novembro de 2017.

"Não é que as pessoas não sabem que a educação financeira é importante. O problema está em passar da constatação para a prática", afirma a economista-chefe do SPC Brasil. "Olhar para a vida financeira pressupõe que lide com frustrações de não conseguir comprar tudo o que se quer, mas isso é importante para evitar que consumidor se enrole lá na frente."

A pesquisa mostra ainda que 32% tomaram algum tipo de empréstimo para pagar as contas no ano passado. E que, para 59% dos entrevistados, a maior dificuldade está em fazer o controle do orçamento. "Se houvesse um controle maior dos gastos, uma tomada de crédito melhor, teríamos uma taxa de juros menor e uma inadimplência menor", diz Kawauti.

DESCONTROLE

De acordo com o levantamento, 45% não fazem controle do orçamento. Dentro desse grupo, muitos dizem não ter essa preocupação porque fazem as contas de cabeça (27,4%).

"Fazer conta de cabeça não funciona, a gente não lembra nem o que almoçou ontem, ainda mais quanto gastou. Precisa formalizar o controle, seja num aplicativo, seja na planilha, seja na caderneta. A conta de cabeça não é a solução", destaca Kawauti.

Ela considera que, para melhorar a estatística, seria necessário colocar educação financeira nas escolas. "Mudar quando criança é melhor do que quando adulto, que já está em uma zona de conforto. A criança já cresce com a informação e conscientiza os pais", ressalta.

Volume de cheque devolvido cai em 2017 ao nível mais baixo em 4 anos, diz Serasa

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O volume de cheques devolvidos pela segunda vez por falta de fundo atingiu 2% no total compensado no País em 2017, de acordo com a Serasa Experian. O resultado é o mais baixo dos últimos quatro anos, retornando ao nível de 2013, segundo a entidade.

Em dezembro, o percentual de devoluções foi de 1,96% na comparação com 1,93% em novembro do total de cheques movimentados. Em relação a dezembro de 2016, quando fora de 2,25%, houve queda.

Segundo os economistas da Serasa, a retomada do crescimento econômico, o alívio na inflação e a queda na taxa básica de juros, além do recuo gradual do nível de desemprego ajudaram a reduzir a inadimplência com cheques em 2017.

A região Nordeste liderou o ranking de devoluções de documentos pela segunda vez por falta de fundo, com 3,92%, enquanto o Sul do País apresentou o menor percentual, com 1,65%, de janeiro a dezembro do ano passado.

Entre os Estados, o Amapá ficou em primeiro lugar, com 15,42% de cheques devolvidos em 2017. Já São Paulo registrou o menor percentual, de 1,59%.

Redução nas taxas de juros decorre de corte da Selic e menor spread, diz BC

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, destacou nesta segunda-feira, 29, a queda nas taxas de juros de todas as modalidades de crédito em dezembro, em parte decorrente do efeito dos cortes na taxa básica Selic.

"A redução do spread bancário também justifica a queda das taxas de juros", afirmou. Além disso, a queda nos estoques de modalidades mais caras, como o cheque especial, também ajuda a baixar o juro médio.

O Índice de Custo de Crédito (ICC), acrescentou Rocha, ficou em 21,4% em dezembro e chegou ao menor patamar da série histórica do indicador, desde setembro de 2015.

Projeção do Focus para Selic no fim de 2018 segue em 6,75% ao ano

29/01/2018 – Fonte: GS Notícias

Em meio às indicações do Banco Central de que pode continuar o processo de corte de juros em fevereiro, os economistas do mercado financeiro mantiveram suas projeções para a Selic para o fim de 2018.

O Relatório de Mercado Focus trouxe nesta segunda-feira, 29, que a mediana das previsões para a Selic este ano seguiu em 6,75% ao ano. Há um mês, estava no mesmo patamar. A Selic está atualmente em 7,00% ao ano.

Em dezembro, o Banco Central reforçou, por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), a indicação de que pode reduzir a Selic em mais 0,25 ponto porcentual em fevereiro, de 7,00% para 6,75% ao ano. Ao mesmo tempo, a instituição afirmou que sua decisão dependerá da evolução da atividade, dos riscos para o cenário - como o ligado ao andamento das reformas -, das avaliações sobre o estágio do ciclo monetário e das projeções para os índices de preços.

Em entrevista ao **Broadcast** em janeiro, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou que a mensagem de política monetária de dezembro continua válida. Segundo ele, em fevereiro o BC vai observar os números disponíveis para decidir sobre a Selic.

No Focus agora divulgado, a projeção para a Selic em 2019 seguiu em 8,00% ao ano. Há um mês, estava em 8,25% ao ano. Já a Selic média de 2018 permaneceu em 6,75% ao ano, mesmo porcentual visto quatro semanas atrás. A taxa básica média de 2019 foi de 7,89% para 7,88%, ante 8,00% quatro semanas atrás.

Para o grupo dos analistas consultados que mais acerta as projeções (Top 5) de médio prazo, a taxa básica terminará 2018 em 6,50% ao ano, ante os 6,63% (porcentual que indicava divisão entre 6,50% e 6,75%) de uma semana antes. Há um mês, estava em 6,50%. No caso de 2019, a projeção do Top 5 para a Selic foi de 8,50% para 8,00%, ante 7,25% de quatro semanas antes.

Próximas reuniões

Os economistas do mercado financeiro projetam que a Selic cairá 0,25 ponto porcentual em fevereiro, de 7,00% para 6,75% ao ano. Neste ponto, o Banco Central encerraria o atual ciclo de cortes de juros. Essas projeções fazem parte do Sistema de Expectativas de Mercado do relatório Focus, divulgado hoje pelo BC.

Os dados do Focus indicam ainda que o mercado espera pela manutenção da Selic em 6,75% ao ano até janeiro de 2019, quando o BC daria início a um novo ciclo, com alta de 0,25 ponto porcentual da taxa básica, para 7,00%.

Nova elevação é esperada para fevereiro de 2019, para 7,25%. Depois, a projeção é de alta para 7,50% ao ano em março e para 7,75% em abril. Para maio de 2019, a taxa projetada é de 8,00% ao ano.

'Votação da previdência ganha mais força'

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

A condenação do ex-presidente Lula em segunda instância favorece a votação da reforma da Previdência ainda em fevereiro, segundo o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da consultoria MB Associados e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso.

“Se a gente admitir que o populismo perdeu força, dá para pensar que a reforma terá mais fôlego para ser votada em fevereiro”, disse em entrevista ao Estado. Para ele, porém, ainda é importante que se faça uma reforma incluindo os militares e que o próximo presidente reduza as desonerações fiscais para melhorar as contas públicas.

Apontado como um dos possíveis formuladores do programa econômico para uma eventual campanha do governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB) à presidência, ele diz apenas ter conversado com o político este ano. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Analistas dizem que a decisão da Justiça da última semana enfraqueceu, na corrida eleitoral, tanto o nome de Lula como o de Bolsonaro, que ganhava apelo justamente por ser o anti-Lula, um cenário que abriria caminho para um candidato de centro-direita. Isso anima o investidor?

Anima antes o mercado financeiro. Do ponto de vista de decisão de investimento, anima alguma coisa. Mas a parte maior, de investimento em infraestrutura, não muda.

Se um candidato realmente reformista ganhar as eleições, aí os investimentos melhoram a partir de 2019. E a grande fonte de investimentos dos próximos anos tem de vir da infraestrutura. Por enquanto, acho mais fácil algumas empresas anteciparem a recontração de funcionários. Esse tipo de decisão, sim, pode ser antecipado.

As chances de a reforma da Previdência ser aprovada mudaram?

O discurso de que não existe problema na Previdência é populista e não se sustenta economicamente. Se a gente admitir que o populismo perdeu sua força (com a condenação de Lula) e sabendo que a questão da Previdência terá de ser enfrentada, seja quem ganhe a eleição, me parece que dá para pensar que, se bem encaminhada, a reforma terá mais força para ser votada em fevereiro.

Os candidatos ao Legislativo não continuam com medo de perder voto por causa da reforma?

É verdade, mas não tenho certeza de que quem votar a favor da reforma perderá a eleição. O que tenho dificuldade de ver é (uma votação da reforma) em novembro, depois das eleições, quando todo mundo estará olhando quem ganhou e qual será o novo governo. Ou é em fevereiro ou vai ficar para o próximo (presidente).

O julgamento de quarta-feira passada tem outras consequências para a economia?

O primeiro resultado é que o dólar esvazia e a Bolsa sobe com a hipótese de que a candidatura do Lula e a agenda que ele estava prometendo enfraqueceram. O que acho que menos muda é a questão da privatização (da Eletrobrás). A tendência é dizer que facilitaria, porque a polarização entre esquerda (Lula) e direita (Bolsonaro) fica menor, mas não tenho essa convicção porque a grande resistência (à privatização) não está na esquerda, está na política tradicional. O caso Petrobrás diminuiu o poder da esquerda de se colocar contra a agenda da privatização.

A condenação do Lula dá força ao discurso liberal?

Sim, mas, dentro disso, tem uma gradação: você tem a proposta do Novo – um liberal stricto sensu – e uma proposta como a do Geraldo Alckmin, liberal mas social-democrata. Pessoalmente, acho que a segunda vertente é mais apropriada para um país com a distribuição de renda tão ruim como a do Brasil. Nesse sentido, esse centro ainda está muito disputado. Mas, nessa nova situação, o populismo levou um tiro. O Lula não será candidato e, com isso, deve se esvaziar a proposta do Bolsonaro.

O sr. é apontado como um dos economistas consultados pelo governador Geraldo Alckmin para se preparar para a disputa presidencial. Vocês têm conversado?

Conversei com ele (neste ano). O que falei para ele é o que estou falando para você: qual caminho acho mais adequado, que é o (mesmo) que ele imagina. Mas não se colocou ainda nenhuma coisa de programa.

Houve convite para uma eventual equipe econômica?

Eu conversei com ele. Só isso. Objetivamente, só isso.

Quais perspectivas o sr. vê para o teto dos gastos? Muitos economistas dizem que vai estourar já no ano que vem...

Não tenho essa convicção. Em agosto, tinha muita gente boa dizendo que estourava ainda neste ano. Agora isso sumiu do ar. Se a gente elege um reformista, se cresce 3,5% neste ano e no ano que vem, a trajetória que você constrói vai muito mais rapidamente do que se pensa para uma coisa sustentável.

Não necessariamente o teto vai estourar no ano que vem, mas precisa haver a reforma da Previdência. A crise fiscal é profunda. Têm de entrar na Previdência os militares e o setor público, além de enfrentar coisas como o excesso de desonerações, por exemplo.

O próprio empresariado, que defende os candidatos reformistas, é contra o fim da desoneração, que poderia reduzir o déficit. Como resolver essa equação?

O reformista vai ter de enfrentar oposição para duas coisas. A primeira é que a economia brasileira tem de ser mais aberta, para dar mais frente à competitividade. Portanto, (o empresário) pedir socorro (proteção) de tarifas por causa das importações não vai poder acontecer com a frequência a que boa parte deles se acostumou.

A segunda coisa: tem de resolver a parte fiscal. Tem de ter uma redução disso (desoneração). O empresário reclama com uma certa razão do sistema tributário, mas a solução não é dar redução de impostos, que aumenta o déficit. Porque aí a inflação fica maior, e os juros, mais altos.

Previdência só será votada com apoio certo, diz Rodrigo Maia

29/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não colocará em votação a reforma da Previdência na semana do dia 19 de fevereiro se não houver votos para aprová-la. Além disso, ele diz não considerar votar a proposta após as eleições de outubro deste ano.

O texto, que tramita na Câmara há mais de um ano, não foi a votação no final de 2017 porque o governo ainda estava longe de conseguir os 308 votos necessários para aprovar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

Sem esses votos, Maia e o presidente Michel Temer articularam o adiamento da votação para o dia 19.

"Só vou pautar se tiver clareza de que tem voto. O esforço tem que ser de todo mundo que acredita que aprovar a reforma da Previdência é importante para o Brasil, para garantir igualdade no sistema a todos os brasileiros", afirmou Maia à **Folha**.

Em entrevista ao apresentador Amaury Jr., na Bandeirantes, neste sábado (27), Temer insistiu que a reforma deve ser votada no mês que vem.

SEM PLANO B

O presidente da Câmara afirmou ainda que, se não conseguir votar a matéria em fevereiro, não retomará a pauta após as eleições, como desejam alguns aliados de Temer, que acreditam ser mais fácil apreciar o tema sem a pressão das urnas. "É fevereiro e ponto final", disse Maia.

Auxiliares do presidente dizem ter cerca de 270 votos, como no final de 2017. No entanto, quem acompanha as articulações diz que o governo não chegou a esse número até o momento.

Para aprovar a PEC são necessários os 308 votos em dois turnos de votação na Câmara, para então a proposta seguir para o Senado, onde também passa por duas votações e precisa do apoio de, no mínimo, 49 senadores.

Na semana passada, o relator da reforma na Câmara, deputado Arthur Maia (PPS-BA), disse que está em curso a negociação de um "pacote de mudanças" no texto em troca de apoio. A ideia é discutir alterações para beneficiar grupos específicos, como servidores que pretendem receber aposentadoria integral.

Após mais de um mês do início das conversas, porém, o governo não repassou nem sequer o impacto que as mudanças poderiam provocar.

Na avaliação dos negociadores da reforma, outro ponto negativo foi o recesso parlamentar, que dispersou os deputados em suas bases eleitorais, dificultando o

trabalho do ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo), escalado por Temer para trazer mais votos favoráveis.

Além disso, há a pressão contrária de prefeitos sobre parlamentares. O governo ainda não conseguiu honrar a promessa de liberar R\$ 2 bilhões aos municípios.

Temer nega reeleição e diz que Previdência deve ser votada em fevereiro

29/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O presidente Michel Temer disse em entrevista neste sábado (27) que a reforma da Previdência deve ser votada em fevereiro e que não será candidato à reeleição neste ano.

Ele foi um dos entrevistados no novo programa do apresentador Amaury Jr., de volta à Bandeirantes. A conversa faz parte do esforço do presidente de melhorar sua imagem e tentar explicar para o público a reforma da Previdência. Ele também gravou participação no programa de Silvio Santos, no SBT, que vai ao ar na noite deste domingo (28).

A entrevista pouco resvalou em questões políticas e econômicas. Temer defendeu seu legado, principalmente na área econômica, citando como exemplos o teto dos gastos públicos e a reforma trabalhista.

Sobre a reforma da Previdência, ele disse ser mais uma necessidade que uma obsessão sua. "Precisamos já fazer uma reforma da Previdência para que mais adiante não seja necessária uma reforma radical."

A aposta, segundo o presidente, é que a reforma já está sendo absorvida pela população, o que repercutirá no Congresso. "E tenho certeza que, em fevereiro, conseguiremos fazer a reforma da Previdência."

Temer negou que queira ser candidato à reeleição, e que deseja uma vida mais tranquila. "Quero ser lembrado lá na frente como o sujeito que fez as reformas indispensáveis para o país", disse.

FAKE NEWS

Temer também reclamou que é alvo de notícias falsas, que classificou como "um mal para o país". "Deve-se estabelecer uma certa responsabilidade" sobre o que se publica na internet, apontou.

Questionado sobre qual notícia mais o atingiu, ele lembrou de quando se espalhou que ele era um satanista, em especial nas eleições de 2010.

"Foi uma coisa brutal, tive que organizar um grupo muito grande para combater esta questão", disse. "Uma ou duas coisas pessoas colocam isso na internet e começa a se propagar".

Marun admite que governo ainda não tem votos necessários para a reforma

29/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

A três semanas da data marcada para a votação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, o governo não tem os votos necessários para aprovar a proposta, admitiu nesta segunda-feira, 29, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

Ele ressaltou, porém, que está confiante no apoio dos deputados à mudança nas regras de aposentadoria e pensão e rechaçou qualquer possibilidade de novo adiamento da

votação. Segundo o ministro, o governo não trabalha com hipótese que não seja a de votação em fevereiro.

“Ao mesmo tempo em que ainda não temos esses votos, e eu não minto, então não mentiria a respeito disso, nós vivemos uma situação que é a melhor desde maio de 2017, quando iniciou aquela conspiração que buscava derrubar o presidente e que fez como principal vítima essa necessária reforma”, disse Marun, que é responsável pela articulação entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

Segundo ele, o cenário atual é melhor porque há hoje um número semelhante de votos ao que se tinha em maio de 2017, antes do estouro da crise política. Além disso, o ministro alegou que existe atualmente um apoio maior da sociedade à reforma. “Isso nos dá segurança e confiança de que poderemos, sim, votar em fevereiro e seremos vitoriosos”, disse.

O ministro também demonstrou confiança na “responsabilidade” do Congresso Nacional em momentos de necessidade, embora tenha reconhecido antes que o fator eleitoral tem pesado mais para alguns parlamentares evitarem apoiar a proposta.

“Conheço o Congresso Nacional, conhecemos nível de responsabilidade do nosso Parlamento, que nos momentos decisivos e essenciais nunca falta para com o Brasil”, afirmou Marun.

Ele lembrou que as contas da Previdência estão em déficit cada vez maior – no ano passado, o rombo foi de R\$ 268,8 bilhões entre INSS e o regime dos servidores públicos federais. Além disso, já houve o rebaixamento da nota de crédito do Brasil pela agência de classificação de risco Standard & Poor’s e, segundo Marun, há o risco de novos rebaixamentos.

“Penso que ser contra reforma da Previdência é quase que assinar atestado de irresponsabilidade”, afirmou o ministro.

Origem da segurança

Para Marun, a articulação política em torno da reforma da Previdência e o maior entendimento da população sobre o tema dão ao governo segurança de que aumentou o apoio à mudança defendida pelo Palácio do Planalto. Ele acredita que, se toda a população fosse esclarecida sobre o tema, a aprovação popular ao projeto chegaria a 90%.

No campo político, o ministro explica que líderes dos partidos começam a voltar esta semana para Brasília e o governo retoma as reuniões de articulação que já têm dado resultado positivo. Nesse esforço, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, é uma peça fundamental para o governo.

“Contamos sempre com a participação de Rodrigo Maia, que é um dos baluartes da aprovação dessa reforma, para que possamos complementar um trabalho que já está sendo feito de convencimento dos deputados da necessidade de aprovação”, disse, ao reconhecer que a eleição pode atrapalhar a tramitação, mas que há indicações de maior apoio ao projeto.

Além da segurança no campo político, Marun também acredita que cresce o apoio popular à reforma. “Estamos notando e sentindo a mudança muito forte da população”, disse, ao comentar o esforço do governo em esclarecer a sociedade sobre o projeto. “Se conseguíssemos esclarecer 100% da população sobre o que propomos, teríamos aprovação de 90%”, diz.

Questionado sobre a persistência de críticas à reforma nas redes sociais, o ministro minimizou. “Críticas não existem mais. Não existem argumentos”, disse, ao comentar que não vê nas redes sociais pessoas defendendo a aposentadoria aos 47 anos ou com

valores superiores ao teto. "O que vejo é a conversa de alguns privilegiados preocupados com a sua própria aposentadoria", acusou.

No esforço de convencimento, explicou o ministro, também participam lideranças de fora do governo. "Existe um movimento de convencimento natural para que as lideranças do País também se envolvam. Temos conversado com lideranças empresariais, políticas, e religiosas para que motivem e participe do processo", afirmou.

Sobre a posição de Maia de não levar o texto à votação se não tiver segurança sobre a possibilidade de aprovação, o ministro comentou que o presidente da Câmara será atualizado do cenário. "Esperamos e temos a convicção de que oferecemos a Maia informações que lhe trarão a necessária segurança para que ele tome a decisão correta em relação à votação da reforma que, repito, tem que acontecer no mês de fevereiro", disse.

Nissan convoca recall de quase 3 mil unidades da Frontier

29/01/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

A fabricante identificou falhas em modelos feitos de outubro de 2016 a agosto de 2017. Veja se o seu carro está na lista



Nissan Frontier: falha em parafuso na coluna de direção pode ocasionar perda do controle do veículo. Nissan/Divulgação

A Nissan anunciou o recall de modelos da picape Frontier fabricados de outubro de 2016 a agosto de 2017. De acordo com a montadora, foi identificada uma possível falha no parafuso inferior da coluna de direção. Quando desgastada, a peça pode apresentar folgas e ruídos e fazer com que o motorista perca o controle.

Ao todo, foram chamadas 2.964 unidades para inspeção. As numerações dos chassis não sequenciais são: 3N6BD33B7HK000719 a 3N6BD33B2JK843006. Os serviços devem ser agendados a partir de 12 de março e levam de uma a cinco horas, segundo a marca.

Mais informações estão disponíveis no site da Nissan ou pelo telefone: 0800-011-1090.

Outros recalls

Além da picape japonesa, estão entre os recalls realizados do fim de 2017 ao início deste ano dos modelos Fiat Toro, Uno, Novo Palio e Grand Siena, Honda City e Civic e Renault Kwid.

Montadoras incluíram humanos em testes de poluição, diz jornal

29/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os fabricantes de automóveis alemães Volkswagen, Daimler e BMW se confrontavam nesta segunda-feira (29) com informações de jornais segundo as quais foram realizados testes de emissões de gás com macacos e também humanos.



Desde sábado, a Volkswagen afirma que "toma claramente distância de qualquer forma de maus-tratos animais", após revelação do jornal "The New York Times" sobre testes realizados com macacos pelas três montadoras citadas, e também pelo grupo alemão Bosch.

Os testes foram realizados em 2014 em território americano por parte de um organismo europeu de saúde no setor do transporte, o UEGT, fundado pelos quatro grupos.

Mas o caso adquiriu uma nova dimensão nesta segunda, quando o jornal alemão "Süddeutsche Zeitung" afirmou que estes testes sobre os efeitos de inalação de óxidos de nitrogênio (NOx) também foram realizados com 25 humanos com boa saúde.

Bernd Althusmann, ministro da Economia da Baixa Saxônia, um estado federal acionista da Volkswagen, classificou essas experiências de "absurdos indesculpáveis", informou a agência DPA.

No final de 2015, o grupo Volkswagen admitiu ter equipado 11 milhões de veículos diesel com um programa de computador que falseava os testes antipoluição e ocultava as emissões que eram, às vezes, 40 vezes superiores ao autorizado pelas normas vigentes.

Depois do "dieseltgate", as montadoras alemãs decidiram acabar com a atividade do UEGT, atualmente em liquidação, segundo o "Süddeutsche Zeitung".

Montadoras usaram macacos em teste de poluição com Fusca adulterado

29/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em 2014, à medida que surgiam mais e mais provas quanto ao efeito nocivo dos gases de escapamento dos motores diesel sobre a saúde humana, cientistas em um laboratório de Albuquerque, Novo México, conduziram uma experiência incomum. Dez macacos ficaram confinados em câmaras à prova de ar, assistindo desenhos animados como diversão enquanto inalavam gases de escapamento de um Fusca.

Montadoras de automóveis alemãs haviam bancado a experiência, em um esforço para provar que os veículos diesel com a tecnologia mais recente eram muito menos poluentes que os enfumaçados modelos do passado.

Mas os cientistas norte-americanos que estavam conduzindo o teste não estavam cientes de um fato crucial: o Fusca fornecido pela Volkswagen havia sido alterado a fim de produzir níveis de poluição muito menos severos, em condições de laboratório, do que seria o caso na estrada.

Os resultados estavam sendo deliberadamente manipulados.

A pesquisa com macacos em Albuquerque, que não havia sido noticiada até agora, é uma nova dimensão no escândalo global de emissão de poluentes que já forçou a

Volkswagen a se admitir culpada de fraude e conspiração, em um processo federal nos Estados Unidos, e a pagar mais de US\$ 26 bilhões em multas.

A montadora admitiu ter instalado em seus veículos um software que permitia que eles trapaceassem em testes de emissões de poluentes. Mas processos judiciais e registros governamentais demonstram que a Volkswagen e outras montadoras de automóveis europeias também estavam envolvidas em um esforço longo e bem financiado para produzir pesquisas acadêmicas que, esperavam, influenciariam o debate político e preservassem os benefícios tributários conferidos ao combustível diesel.

CONTROVÉRSIAS

Os detalhes da experiência de Albuquerque foram revelados em um processo aberto contra a Volkswagen nos Estados Unidos. A organização que solicitou o estudo, o Grupo Europeu de Pesquisa sobre Meio Ambiente e Saúde no Setor de Transportes, recebia todas as suas verbas da Volkswagen, Daimler e BMW. A organização fechou as portas no ano passado devido a controvérsias quanto ao seu trabalho.

A organização, conhecida pelas suas iniciais em alemão, EUGT, não realizava pesquisas diretamente. Em lugar disso, contratava cientistas para conduzir estudos que pudessem ser usados em defesa do diesel. A organização bancou pesquisas que contestaram uma decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) de classificar os gases emitidos por motores diesel como carcinógenos, em 2012. Também financiou estudos que questionavam se proibir a circulação de veículos equipados com motores diesel mais antigos em cidades reduziria a poluição.

Volkswagen, Daimler e BMW afirmaram que a organização fazia trabalho científico legítimo. "Todo o trabalho de pesquisa encomendado pelo EUGT era acompanhado e revisado por um comitê consultivo de pesquisa formado por cientistas de universidades e institutos de pesquisa respeitados", afirmou a Daimler em comunicado.

Daimler e BMW declararam não saber que o Volkswagen usado nos testes em Albuquerque havia sido modificado para gerar dados falsos. A Volkswagen declarou em comunicado que os pesquisadores jamais haviam publicado um resultado completo do estudo.

Mas não por não terem tentado.

Documentos apresentados durante o processo judicial demonstram que, em agosto de 2016, Michael Spallek, diretor EUGT, enviou um e-mail ao Lovelace Respiratory Research Institute, encarregado da pesquisa em Albuquerque, declarando que "o ponto de vista do EUGT é que é hora de concluir o relatório ou discutir os problemas do estudo de maneira científica o mais rápido possível", escreveu Spallek.

Isso foi quase um ano depois de a Volkswagen ter admitido que havia equipado milhões de veículos diesel vendidos nos Estados Unidos e Europa com "dispositivos manipuladores", que adotavam um regime mais rigoroso de controle de emissões quando o software detectava que estava sendo testado em laboratório.

Spallek se recusou a comentar, afirmando que seu contrato o proibia de discutir o trabalho do grupo de pesquisa.

CINOMOLGOS

Os testes de Albuquerque foram conduzidos em 2014, usando 10 macacos-cinamolgos, uma variedade extensamente usada em experiências médicas, de acordo com os documentos judiciais.

A Volkswagen tinha papel de liderança no estudo. Engenheiros da empresa supervisionaram a instalação de uma esteira-rolante que permitiria que os veículos rodassem enquanto o equipamento extraía gases de escapamento.

Jake McDonald, cientista que comandou as experiências no laboratório Lovelace, disse que não estava informado de que o Fusca estava equipado com software que reconhecia que o carro estava sendo testado em uma esteira rolante. O software reforçava os controles de emissões para que o nível de dióxido de nitrogênio emitido fosse uma pequena fração das emissões que aconteciam em condições reais de uso.

Em seu depoimento, McDonald declarou que não havia acompanhado de perto o caso da Volkswagen, e que só recentemente descobriu que o Fusca usado nos testes foi manipulado para produzir emissões artificialmente baixas.

"Ficamos com o mico", disse McDonald.

Truckvan fatura R\$ 72 mi e cresce 44% em 2017

29/01/2018 – Fonte: Automotive Business



A fabricante de implementos **Truckvan** registrou alta de 44% no faturamento, passando dos R\$ 50 milhões de 2016 para R\$ 72 milhões em 2017. Segundo a empresa, a alta decorreu do aumento de pedidos de unidades móveis de capacitação profissional e também da ampliação das áreas de atuação da companhia a partir de investimentos em tecnologia e inovação.

“Entre 2008 e 2014 crescemos 600%. Porém, assim como todo o País, sentimos os efeitos da crise econômica no último triênio, o que nos estimulou a ingressar em outros setores, fabricando contêineres Data Center e outras soluções para tecnologia da informação e semirreboques blindados para transporte de cargas valiosas. Além disso, aumentamos o nosso portfólio de locações rápidas para o mercado de eventos”, afirma o sócio-diretor da companhia, Alcides Braga.

Uma parceria com a Randon para a distribuição de produtos na Grande São Paulo também contribuiu para a alta no faturamento. Em oito meses foram vendidos 330 semirreboques e 128 carrocerias Randon para transporte de bebidas, além de 323 cotas de consórcio.

Para 2018, a Truckvan tem a expectativa de crescer mais de 30%.